

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**RELAÇÃO ENTRE A AUTORREGULAÇÃO
PARENTAL, AS REAÇÕES PARENTAIS ÀS EMOÇÕES
NEGATIVAS DAS CRIANÇAS E O
COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS**

Cláudia Patrícia Gonçalves Cadete

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia da Saúde e da Doença)

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**RELAÇÃO ENTRE A AUTORREGULAÇÃO
PARENTAL, AS REAÇÕES PARENTAIS ÀS EMOÇÕES
NEGATIVAS DAS CRIANÇAS E O
COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS**

Cláudia Patrícia Gonçalves Cadete

Dissertação orientada pela Professora Doutora Luísa Barros

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde / Núcleo de Psicologia da Saúde e da Doença)

2016

*When our little people are overwhelmed with big emotions, it's our job to share our calm, not
join their chaos.*

L.R. Knost

Agradecimentos

Antes de tudo, quero agradecer à minha Mãe e ao meu Pai, pais com letra bem grande. Apesar das suas respostas às minhas emoções nem sempre serem as melhores, sei que, sem eles e sem todos os seus esforços, não estaria aqui hoje. Obrigada por toda a paciência, por todo o amor e por terem perdido tempo a “dissecar” a minha dissertação. Quero também agradecer à minha Avó, por todos os chás de camomila e todas as velinhas acesas mas, sobretudo, por todo o amor que me dá, mesmo nos dias em que está mais rabugenta. Agradeço também ao meu Irmão, por me ensinar tanto mesmo achando que sabe tão pouco, por me pedir atenção só para me distrair das minhas preocupações, por se preocupar comigo e por, embora insista em nega-lo, gostar imenso de mim.

Agradeço também a todos os meus professores de Núcleo, por tudo o que me ensinaram e, sobretudo, à Professora Luísa Barros, que me orientou neste processo moroso e cansativo, motivando-me sempre a dar o melhor de mim.

Agradeço a todos os meus amigos e, em especial, aos que estiveram lá desde o início ou, mesmo não estando, deixaram a sua marca: Daniela, Tito, Ana Sofia e Carlos, muito, muito obrigada! O agradecimento mais especial vai para a Ana, companheira de todas as batalhas e peripécias, de todas as dores de cabeça, de todos os momentos de desespero, mas também de todos os momentos de alegria. Sem vocês, esta etapa não tinha sido a mesma coisa!

Por fim, resta-me agradecer ao Óscar, que apareceu de mansinho já bem para o fim desta batalha, mas que nem por isso deixou de ter um importante papel. Obrigada por tudo o que fazes por mim e por nós, por me fazeres rir quando só me apetece chorar, por me deixares gritar contigo ao telefone quando estou zangada mas, sobretudo, por me mostrares que os dias maus são necessários para depois poderem vir os bons.

Resumo

O presente estudo teve como principais objetivos explorar as relações entre a autorregulação parental, as respostas parentais às emoções negativas das crianças e os comportamentos de internalização e externalização das crianças, bem como compreender diferenças nestas dimensões de acordo com variáveis demográficas relevantes.

A amostra foi constituída por 105 pais e mães, de crianças com idades entre os 3 e os 6 anos. Os dados foram recolhidos através da aplicação de três instrumentos de autorrelato, preenchidos pelos pais das crianças: *Me as a Parent*, Questionário de Capacidades e Dificuldades e Reações Parentais às Emoções Negativas dos Filhos; foi igualmente preenchido um questionário sociodemográfico.

Observaram-se relações significativas entre a autorregulação parental e várias respostas parentais às emoções das crianças. Verificaram-se igualmente associações significativas entre a autorregulação parental e comportamentos das crianças. Não foram encontradas relações significativas entre as respostas parentais e os comportamentos das crianças. Não foram observadas diferenças significativas para as respostas dos pais em função da idade da criança nem do género dos pais, observando-se, porém, ao nível do género da criança. Não foram igualmente observadas diferenças significativas para a autorregulação parental em função de nenhuma das variáveis demográficas consideradas.

Embora considerando as limitações do estudo, o mesmo sublinha a necessidade de uma maior compreensão das relações que se estabelecem entre as dimensões consideradas, de forma a ser possível o delineamento de estratégias de intervenção que promovam o desenvolvimento e adaptação das crianças, bem como a adaptação parental.

Palavras-chave: pai; mãe; criança; autorregulação; regulação emocional; comportamento da criança

Abstract

The present study aimed to explore the relations between parental self-regulation, parental responses to children's emotional responses and children's internalizing and externalizing behavior problems, as well as to assess the differences in these dimensions, accordingly to relevant demographic variables.

The sample was constituted by 105 parents of children aged between 3 and 6 years old. The data was collected through three self-report instruments, answered by the children's parents: Me as a Parent, Strengths and Difficulties Questionnaire and Coping with Children's Negative Emotions Scale; the parents also filled a sociodemographic questionnaire.

The results showed significant relations between parental self-regulation and several parental responses to children's emotions, as well as significant relations between parental self-regulation and child behavior. No significant relations were found between the parental responses to children's emotions and the child behavior.

No significant relations were found in the parental responses to children's emotions due to the age of the child or the gender of the parents; differences were found due to the gender of the child. No significant relations were found also in the parental self-regulations due to any of the considered demographic variables.

Although the study had several limitations, it underlies the necessity for a better understanding of the relations between the considered variables, allowing the development of intervention strategies to promote children's development and adaptation, as well as parental adaptation.

Keywords: father; mother; child; self-regulation; emotional regulation; child behavior

Índice

1. Enquadramento teórico	1
1.1. Autorregulação parental	1
1.2. Regulação emocional parental	4
1.3. Regulação emocional da criança	5
1.3.1. Papel dos pais na regulação emocional da criança	5
1.4. Reações parentais às emoções das crianças	6
1.4.1. Efeito das emoções das crianças nas reações dos pais	8
1.5. Determinantes das reações parentais	9
1.5.1. Género da criança	9
1.5.2. Idade da criança	10
1.5.3. Comportamento da criança	10
1.5.3.1. <i>Reações dos pais ao comportamento da criança</i>	11
1.5.3.2. <i>Influência do comportamento da criança nas reações dos pais</i>	12
1.5.4. Género dos pais	13
1.5.5. Crenças dos pais	14
2. Objetivos de investigação	18
3. Método	19
3.1. Amostra	19
3.2. Instrumentos de recolha de dados	19
3.2.1. Questionário sociodemográfico	19
3.2.2. <i>MaaP (Me as a Parent)</i> (Hamilton, Matthews, & Crawford, 2014)	19
3.2.3. <i>CCNES (Coping with Children's Negative Emotions Scale)</i> (Fabes, Eisenberg, & Bernzweig, 1990)	21
3.2.4. <i>SDQ (Strengths and Difficulties Questionnaire)</i> (Goodman, 2001)	22

3.3. Procedimento	23
3.4. Análise estatística	24
4. Resultados	26
4.1. Caracterização da amostra.....	26
4.2. Estatística Descritiva	28
4.2.1. Autorregulação dos pais	28
4.2.2. Caracterização das respostas dadas pelos pais às emoções das crianças	29
4.2.3. Caracterização dos comportamentos das crianças	31
4.3. Relação entre a autorregulação parental e as respostas parentais dadas às emoções negativas das crianças	33
4.4. Relação entre as respostas parentais dadas às emoções das crianças e os comportamentos de internalização e externalização	35
4.5. Relação entre a autorregulação parental e os comportamentos de internalização externalização das crianças	36
4.6. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e variáveis demográficas da criança e dos pais	37
4.6.1. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e idade das crianças	37
4.6.2. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género das crianças	39
4.6.3. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género dos pais	40
4.7. Relação entre a autorregulação parental e variáveis demográficas da criança e dos pais	41
4.7.1. Relação entre a autorregulação parental e idade das crianças	41

4.7.2. Relação entre a autorregulação parental e género das crianças	42
4.7.3. Relação entre a autorregulação parental e género dos pais	43
5. Discussão	44
5.1. Caracterização das dimensões de autorregulação e respostas parentais às emoções negativas das crianças	44
5.1.1. Autorregulação dos pais	44
5.1.2. Respostas parentais às emoções negativas das crianças	44
5.2. Relação entre a autorregulação parental e as respostas parentais dadas às emoções negativas das crianças	45
5.3. Relação entre as respostas parentais dadas às emoções das crianças e os comportamentos de internalização e externalização	46
5.4. Relação entre a autorregulação parental e os comportamentos de internalização e externalização das crianças	46
5.5. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e variáveis demográficas da criança e dos pais	47
5.5.1. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e idade das crianças	47
5.5.2. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género das crianças	48
5.5.3. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género dos pais	48
5.6. Relação entre a autorregulação parental e variáveis demográficas da criança e dos pais	49
5.6.1. Relação entre a autorregulação parental e idade das crianças	49
5.6.2. Relação entre a autorregulação parental e género das crianças	49

5.6.3. Relação entre a autorregulação parental e género dos pais	49
6. Conclusões	51
Referências bibliográficas	53

Índice de tabelas

Tabela 1 – <i>Características das crianças (N=105)</i>	26
Tabela 2 – <i>Características dos pais (N=105)</i>	27
Tabela 3 – <i>Média, desvio-padrão e valores máximo e mínimo das subescalas do MaaP (N=104)</i>	28
Tabela 4 – <i>Correlações intra-escalas do Me as a Parent – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=104)</i>	29
Tabela 5 – <i>Média, desvio-padrão e valores máximo e mínimo das subescalas do CCNES (N=88)</i>	30
Tabela 6 – <i>Correlações intra-escalas do Coping with Children's Negative Emotions Scale – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=88)</i>	30
Tabela 7 – <i>Média, desvio-padrão e valores máximo e mínimo das subescalas do SDQ (N=104)</i>	31
Tabela 8 – <i>Correlações intra-escalas do Strengths and Difficulties Questionnaire – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=104)</i>	32
Tabela 9 – <i>Correlações entre autorregulação parental e respostas parentais de suporte às emoções das crianças – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=87)</i>	33
Tabela 10 – <i>Correlações entre autorregulação parental e respostas parentais de não-suporte às emoções das crianças – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=87)</i>	34
Tabela 11 – <i>Correlações entre respostas parentais às emoções das crianças e comportamentos de internalização e externalização – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=88)</i>	35
Tabela 12 – <i>Correlações entre comportamentos de internalização e externalização e autorregulação parental – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=103)</i>	36

Tabela 13 – <i>Comparação das respostas parentais às emoções das crianças em função da idade das crianças – Teste Kruskal-Wallis (N 3 anos=20; N 4 anos=29; N 5 anos=20; N 6 anos=19)</i>	37
Tabela 14 – <i>Comparação das respostas parentais às emoções das crianças em função do género das crianças – Teste Mann-Whitney (N sexo masculino=38; N sexo feminino=50) ..</i>	39
Tabela 15 – <i>Comparação das respostas parentais às emoções das crianças em função do género dos pais – Teste Mann-Whitney (N mães=79; N pais=9)</i>	40
Tabela 16 – <i>Comparação da autorregulação dos pais em função da idade das crianças – Teste Kruskal-Wallis (N 3 anos=27; N 4 anos=33; N 5 anos=22; N 6 anos=12)</i>	41
Tabela 17 – <i>Comparação da autorregulação dos pais em função do género da criança – Teste Mann-Whitney (N sexo masculino=48; N sexo feminino=56)</i>	42
Tabela 18 – <i>Comparação da autorregulação dos pais em função do género dos pais – Teste Mann-Whitney (N mães=92; N pais=12)</i>	43

Introdução

Este estudo teve como principal objetivo averiguar a associação entre a autorregulação parental, as respostas parentais às emoções negativas das crianças e o comportamento das crianças, bem como compreender se existem diferenças para estas dimensões em função de variáveis demográficas.

O presente trabalho está organizado em seis partes. A primeira parte apresenta literatura relevante para a compreensão dos conceitos em estudo. Seguem-se os objetivos de investigação. Na terceira parte é apresentada a metodologia do estudo e na quarta parte os resultados das análises estatísticas realizadas. A quinta parte apresenta a discussão dos resultados, de acordo com os objetivos definidos e com literatura existente. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo, incluindo as limitações e algumas direções futuras.

1. Enquadramento teórico

1.1. Autorregulação parental

Embora a forma como os pais educam os seus filhos tenha subjacente o contexto social, económico e cultural do meio em que estão inseridos, em última análise são os pais que decidem a forma como educam os seus filhos, determinando os comportamentos, capacidades e valores que querem promover, para tal adotando formas de parentalidade que encorajem os comportamentos desejáveis e desencorajem os indesejáveis (Sanders & Mazzucchelli, 2013).

De forma a conseguirem adaptar-se de forma bem-sucedida ao papel parental, é necessário que os pais tenham a capacidade de modificar o seu próprio comportamento em resposta às pistas e informação sobre as necessidades da criança (Sanders & Mazzucchelli, 2013), o que ocorre através do processo de autorregulação. A autorregulação diz respeito ao processo através do qual os indivíduos adquirem um conjunto de capacidades de que necessitam para mudar o seu próprio comportamento, de forma a conseguirem resolver problemas de forma independente e ter controlo sobre os acontecimentos da sua vida (Sanders & Mazzucchelli, 2013).

De acordo com Sanders (2008), a autorregulação envolve cinco aspetos: autossuficiência, autoeficácia, autocontrolo, agência pessoal e resolução de problemas. Em relação à autossuficiência, os pais devem conseguir ser resolvidores de problemas independentes, ou seja, devem conseguir atender às suas responsabilidades parentais recorrendo pouco ou nada a recursos externos (Sanders, 2008).

Bandura (1997) define a autoeficácia como “as crenças nas capacidades do próprio de organizar e executar planos de ação necessários para alcançar determinados objetivos”. Estas crenças são uma importante base para a ação, uma vez que as pessoas não terão motivação para agir a menos que acreditem que têm poder para alcançar os objetivos desejados

(Bandura, 1997). Estas crenças têm influência na forma como as pessoas definem os seus objetivos, o esforço que investem em determinada tarefa e a perseverança perante dificuldades que possam surgir na mesma, bem como a ansiedade que experienciam ao lidar com determinadas exigências do ambiente, entre outros (Bandura, 1991).

Aplicadas à parentalidade, as crenças de autoeficácia referem-se à percepção, por parte dos pais, da possibilidade de resolução de problemas específicos da parentalidade (Sanders, 2008). As crenças de autoeficácia parental estabelecem-se como algo central aos comportamentos parentais e estão provavelmente relacionadas com o ambiente em que a criança se desenvolve e a qualidade deste desenvolvimento (Coleman & Karraker, 2003). A percepção de autoeficácia da mãe é responsável pela sua capacidade de atender e integrar as pistas e sinais do filho e influencia a sua capacidade de dar uma resposta sensível e contingente (Donovan, Leavitt, & Walsh, 1990). Enquanto uma elevada percepção de eficácia faz com que as mães consigam aplicar os seus esforços às exigências da tarefa, se a mãe se julga ineficaz não consegue dar a atenção e fazer os esforços necessários à tarefa (Donovan et al., 1990).

Estas crenças estão intimamente ligadas à percepção de competência dos pais (confiança em que conseguem lidar globalmente de forma eficaz com as tarefas parentais), que se concebe como motivando e moldando os comportamentos parentais e sendo assim fundamental para a compreensão dos mesmos (Coleman & Karraker, 1997; Goodnow & Collins, 1990; McGillicuddy-DeLisi & Sigel, 1995, como citado por de Haan, Prinzie, & Dekovic, 2009). A percepção das mães acerca das suas capacidades e competência no papel parental podem estar relacionadas com o seu comportamento, sendo possível que, ao sentirem-se incompetentes e ineficazes neste papel recorram a estratégias parentais que envolvam maior controlo das crianças, ou que vejam o filho como um fardo e tenham atitudes de rejeição para com o mesmo (Kopala-Sibley, Zuroff, & Koestner, 2012).

O autocontrole, por sua vez, diz respeito ao uso pelos pais das capacidades que permitem mudar as suas práticas parentais e tornarem-se autossuficientes (Sanders, 2008). Relativamente à agência pessoal, os pais são encorajados a assumir-se como responsáveis pelo processo de mudança, isto é, a atribuir os acontecimentos a esforços seus e das crianças, em vez de fatores como sorte, idade, fatores maturacionais ou outros fatores incontrolláveis (Sanders, 2008). Por fim, a resolução de problemas passa pelos pais conseguirem definir problemas, formular opções, desenvolver planos de ação, executar os planos e fazer revisões conforme necessário (Sanders, 2008).

Em suma, um pai autorregulado tem recursos pessoais, conhecimento e capacidade para educar o seu filho com um apoio mínimo de terceiros (autossuficiência), cria objetivos quando necessário, sobre os quais reflete, e seleciona e implementa estratégias de mudança (autocontrole e resolução de problemas), acredita que consegue influenciar o seu comportamento e o comportamento da criança (agência pessoal) e julga-se capaz de implementar mudanças de comportamento que irão produzir bons resultados em consequência (autoeficácia) (Sanders & Mazzucchelli, 2013).

Em contraste, um pai pouco regulado não tem capacidades de autocontrole desenvolvidas ou, quando tem, não as utiliza, é relutante no estabelecimento de objetivos para os seus filhos ou mesmo para si, ou acha difícil refletir sobre ou avaliar as suas interações, tem baixa autoeficácia, pelo que não acredita ser capaz de implementar novas estratégias ou que as mesmas teriam bons resultados, atribui o seu comportamento e o dos seus filhos a fatores fora do seu controlo e tende a procurar ajuda dos outros para resolver os seus problemas (Patterson & Chamberlain, 1994, como citado por Sanders & Mazzucchelli, 2013).

1.2. Regulação emocional parental

De acordo com Thompson (1994), “a regulação emocional consiste nos processos extrínsecos e intrínsecos responsáveis pela monitorização, avaliação e modificação das reações emocionais, especialmente das suas características intensivas e temporais, para alcançar os objetivos do próprio”. Gross (1998), por sua vez, define a regulação emocional como os processos através dos quais os indivíduos influenciam as emoções que têm, quando as têm e como as experienciam e expressam. A regulação emocional envolve a seleção de respostas adaptadas ao contexto, podendo ser feita pela supressão ou modificação da expressão da emoção provocada (Campos, Mumme, Kermoian, & Campos, 1994).

Os pais experienciam várias emoções em relação aos seus filhos, tanto positivas (e.g., alegria e orgulho) como negativas (e.g., frustração e zanga) (Le & Impett, 2016). Uma vez que a expressão de emoções positivas se relaciona com resultados positivos e a expressão de emoções negativas com resultados negativos, os pais podem tentar regular as emoções manifestadas perante os comportamentos dos seus filhos (Le & Impett, 2016). Assim, a regulação emocional no adulto, nomeadamente nos pais, é algo importante de examinar, uma vez que estes, ao manifestarem dificuldades ou deficiências nas suas capacidades de regulação, podem ter dificuldades em dar respostas adequadas às emoções das crianças (Buckholdt, Parra & Jobe-Shields, 2014). Por exemplo, pais que sentem que não têm controlo frequentemente temem emoções negativas quer em si quer nos seus filhos (Fabes, Leonard, Kupanoff, & Martin, 2001). Desta forma, ao depararem-se com a necessidade de escolher entre controlar a sua própria emocionalidade negativa e a intenção de regular as emoções e comportamentos negativos do seu filho, o objetivo de diminuir a sua própria emocionalidade torna-se dominante (Barros, Goes, & Pereira, 2015).

1.3. Regulação emocional da criança

A regulação emocional é essencial para o sucesso das crianças durante o período pré-escolar, em várias áreas do seu funcionamento (Denham, Bassett, & Wyatt, 2010). Crianças com tendência a reagir de forma brusca e negativa aos acontecimentos podem ter mais dificuldade em aprender a regular as suas emoções de forma autónoma (Mirabile, Scaramella, Sohr-Preston & Robison, 2009), pelo que o apoio dos pais é fundamental.

1.3.1. Papel dos pais na regulação emocional da criança

Nos primeiros anos de vida da criança, a socialização das emoções ocorre principalmente através das interações familiares (Root & Denham, 2010), aprendendo as regras da expressão emocional e adquirindo os recursos necessários para a expressão e regulação eficazes das emoções (Root & Rubin, 2010); este processo estende-se posteriormente para o exterior, à medida que a criança transita para um mundo social mais alargado (Zahn-Waxler, 2010). Apesar de as capacidades regulatórias das crianças aumentarem ao longo do desenvolvimento, as estratégias usadas para responder a acontecimentos desafiantes nem sempre são bem-sucedidas, pelo que o apoio dos pais é necessário (Shewark & Blandon, 2015). Assim, através das múltiplas interações com os pais, as crianças desenvolvem o seu próprio estilo de regulação emocional (Meyer, Raikes, Virmani, Waters, & Thompson, 2014).

O processo de socialização pode ocorrer de várias formas, entre as quais a reação dos pais às emoções das crianças, a expressão de emoções pelos pais (Eisenberg, Cumberland, & Spinrad, 1998) e a educação sobre emoções (Denham et al., 2010). As reações parentais, sendo um dos focos deste estudo, serão discutidas em detalhe mais à frente. Em relação à educação sobre emoções, é importante referir que, ao envolverem-se na mesma, os pais

podem focar a atenção nas emoções e validar ou clarificar as emoções das crianças, ajudando-as a expressar emoções de forma regulada (Denham et al., 2010).

Pode ainda acontecer que as crianças aprendam a regular as suas emoções através da modelagem por parte dos pais de capacidades regulatórias. É importante ressaltar, no entanto, que tal pode levar à aprendizagem de capacidades regulatórias tanto adaptativas como não adaptativas (Rutherford, Wallace, Laurent, & Mayes, 2015).

1.4. Reações parentais às emoções das crianças

Embora as emoções sejam, em parte, biologicamente determinadas, os seus significados e a adequação da expressão emocional são socialmente determinadas (Root & Denham, 2010).

A forma como os pais respondem às emoções das crianças é importante para o desenvolvimento das suas competências de autorregulação (Meyer et al., 2014), uma vez que tais respostas podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento emocional adaptativo da criança (Shewark & Blandon, 2015). As formas de resposta parental são tipicamente caracterizadas como de suporte ou de não-suporte (Root & Denham, 2010).

Reações de suporte incluem respostas focadas no problema (auxílio à criança na resolução do problema que lhe causou a perturbação), respostas focadas na emoção (utilização de estratégias que ajudam a criança a sentir-se melhor) e encorajamento da expressão de emoções (aceitação por parte dos pais do afeto negativo das crianças e encorajamento da expressão do mesmo) (Fabes, Poulin, Eisenberg, & Madden-Derdich, 2002). Este tipo de reações parentais fornece um contexto positivo à criança, sendo os pais percebidos como disponíveis para ajudar a lidar com a perturbação. Desta forma, a aprendizagem da compreensão, expressão e regulação das experiências emocionais é facilitada (Buckholdt et al., 2014).

Respostas de não-suporte, por sua vez, incluem reações de minimização (desvalorização por parte dos pais do problema ou da reação emocional da criança) e reações de punição (uso de punição física ou verbal para controlar a expressão de afeto negativo) (Fabes et al., 2002). Este tipo de reações pode aumentar a perturbação da criança, que pode aprender que as suas reações emocionais são inaceitáveis e intoleráveis para os pais (Buckholdt et al., 2014).

Vários estudos têm avaliado os efeitos das respostas parentais nas reações das crianças. Por exemplo, de acordo com Eisenberg, Fabes, e Murphy (1996), respostas das mães focadas no problema tendem a associar-se com o funcionamento social positivo da criança, ao passo que reações de minimização se associam com baixos níveis de competência social da criança e uso de estratégias de evitamento para lidar com os acontecimentos.

De acordo com Fabes et al. (2001), emoções negativas expressadas pelos pais, especialmente emoções hostis, podem reduzir a sensação de segurança, o que pode comprometer tanto a regulação de um contexto específico por parte da criança como o desenvolvimento de capacidades regulatórias eficazes. Ainda de acordo com os autores, respostas de punição podem levar a criança a suprimir a expressão de emoções negativas no momento da perturbação, fazendo-o posteriormente, de forma intensa e desregulada (Fabes et al., 2001). Respostas parentais de não-suporte à tristeza e raiva por parte de mães e pais associam-se igualmente com maior desregulação e *coping* menos frequente com estas emoções por parte das crianças (Sanders, Zeman, Poon, & Miller, 2015).

Segundo Denham, Mitchell-Copeland, Strandberg, Auerbach, e Blair (1997), o reforço positivo da expressão emocional da criança, através da sua aceitação, reconhecimento e resposta adequada, ajuda a criança a desenvolver maior conhecimento sobre as suas emoções e as dos outros e a desenvolver a sua competência social; em contraste, o reforço

negativo da expressão emocional da criança ou o seu desencorajamento podem impedir o desenvolvimento deste conhecimento.

A exposição às emoções negativas dos pais frequentemente dificulta o conhecimento emocional das crianças, talvez porque promova o evitamento de situações emocionalmente ameaçadoras (Denham et al., 2010). A forma como as crianças interpretam as reações parentais às suas emoções é igualmente relevante, uma vez que crianças que sentem que os pais lhes oferecem conforto, que partilham consigo emoções positivas e que não respondem de forma negativa às suas reações emocionais negativas, conseguem elas próprias ter este tipo de reações perante pares, uma vez que observam modelos de comportamento social competente (Denham, 1997).

1.4.1. Efeito das emoções das crianças nas reações dos pais

Se as respostas parentais podem ajudar a criança a regular as suas emoções e comportamentos, facilitando a expressão adequada e o correto processamento de informação, pode igualmente acontecer que uma regulação eficaz da criança provoque mais respostas positivas por parte dos pais (Eisenberg et al., 1998). Dito de outra forma, a parentalidade positiva pode facilitar o desenvolvimento de uma criança bem adaptada, a qual pode elicitar mais emoções positivas nos seus cuidadores (Zahn-Waxler, 2010), uma vez que pais e crianças existem numa relação dinâmica, em que os comportamentos de uma das partes afetam e são afetados pelos da outra parte (Rutherford et al., 2015).

Assim, a reação dos pais às emoções das crianças pode refletir a forma como as emoções das crianças afetam as dos pais (Zahn-Waxler, 2010). Por exemplo, tendo as emoções negativas carácter aversivo, muitas vezes os pais são motivados para a sua restrição, usando estratégias de controlo negativo (e.g., punição), com o objetivo de interromper ou

reduzir a emoção negativa da criança, o que pode remover o carácter aversivo da situação para o progenitor, quando ele próprio fica em *stress* (Fabes et al., 2001).

1.5. Determinantes das reações parentais

A forma como os pais respondem às emoções das crianças, bem como outras práticas parentais de socialização, pode ser influenciada por vários fatores, como características da criança (e.g., idade, sexo, temperamento), características parentais (e.g., sexo, personalidade, estilo parental geral, crenças relacionadas com a emoção) e características da cultura e subcultura (e.g., normas e valores relacionados com as emoções, estereótipos de género) (Eisenberg et al., 1998).

1.5.1. Género da criança

O género é um importante moderador do conteúdo e forma como as crianças aprendem sobre emoções, pois a cultura determina que emoções são apropriadas para cada género (Root & Denham, 2010). Evidência empírica apoia a noção de que as regras para a expressão de emoções são diferentes para rapazes e raparigas, parecendo as crianças compreender essas regras desde cedo (Birnbaum, Nosanchuk, & Croll, 1980; Zeman & Shipman, 1996, como citados por Root & Rubin, 2010). Assim, os pais podem promover a socialização da expressão de emoções consistentes com o mesmo e suprimir emoções inconsistentes, tal como encorajam os rapazes e raparigas a envolver-se em brincadeiras e tarefas de acordo com o seu género (Zahn-Waxler, 2010).

Em relação à agressividade, por exemplo, as mães podem não considerar anormal observar comportamentos agressivos nos seus filhos em idade pré-escolar, mesmo quando estes se manifestam pela primeira vez, ou nas suas filhas se os mesmos já tiverem ocorrido previamente (Hastings & Rubin, 1999). Assim, ao observarem comportamentos agressivos

nos filhos, as mães podem ficar mais perturbadas pelo mesmo, apesar de a experiência pessoal e cultural as prepare para os mesmos, uma vez que, por um lado, a criança está a agir de acordo com estereótipos e, por outro, os mesmos podem ocorrer desde muito cedo, o que pode fazer com que a mãe tenha desenvolvido uma maior sensibilidade aos mesmos (Hastings & Rubin, 1999). Por outro lado, ao observarem comportamentos agressivos pela primeira vez nas suas filhas, as mães podem ficar confusas (Hastings & Rubin, 1999).

1.5.2. Idade da criança

É também de esperar mudanças na forma como os pais respondem às emoções das crianças em função da idade destas (Fabes et al., 2001). Assim, as crianças mais novas podem ser percebidas como emocionalmente mais vulneráveis do que as mais velhas, tendo os pais diferentes expectativas e, como tal, tratando-as de forma diferente (Fabes et al., 2001). Por exemplo, de acordo com Fabes et al. (1994), as mães entendem os seus filhos mais novos (idade pré-escolar) como emocionalmente mais reativos do que os filhos mais velhos, mostrando mais envolvimento e afeto para com as crianças mais novas e mais “desligamento” no controlo das reações emocionais das crianças mais velhas. Ainda segundo Denham et. al (1997), as crianças mais velhas podem estar mais preparadas para compreender e aceitar os esforços de regulação dos pais, ao mesmo tempo que podem ser mais capazes de responder de forma adequada às emoções.

1.5.3. Comportamento da criança

A adaptação dos pais às exigências inerentes à educação dos seus filhos implica que os pais tenham a capacidade de regular o seu próprio comportamento em reação à perceção e interpretação do comportamento da criança, ao mesmo tempo que lidam com outras exigências da sua vida profissional e relacional (Barros et al., 2015).

Os problemas de comportamento que se começam a manifestar cedo na infância podem ter múltiplas e graves consequências ao longo do desenvolvimento da criança (Vende & Sebre, 2014). Os comportamentos da criança, nos primeiros anos do seu desenvolvimento, podem ser classificados em três categorias: comportamentos de externalização (agressividade, problemas de atenção, hiperatividade), comportamentos de internalização (depressão, afastamento, ansiedade, somatização) e comportamentos adaptativos (competências sociais, adaptabilidade a vários contextos) (Baillargeon et al., 2007, como citado por Rinaldi & Howe, 2012). Os pais têm um papel fundamental em guiar e apoiar os primeiros esforços das crianças para regular os seus comportamentos negativos (Mirabile et al., 2009).

1.5.3.1. Reações dos pais ao comportamento da criança

Vários estudos têm examinado a forma como as reações parentais têm impacto nos comportamentos das crianças. Por exemplo, pais que usam estratégias de parentalidade positiva podem encorajar comportamentos adaptativos nos filhos e menos comportamentos de externalização (Rinaldi & Howe, 2012). Por outro lado, o uso de estratégias de parentalidade negativa, como coerção física e verbal, pode estar relacionado com a manifestação de comportamentos de internalização e externalização (Rinaldi & Howe, 2012). Quando os pais respondem de forma severa ao comportamento do filho, a reatividade emocional e comportamental da criança pode aumentar, o que posteriormente interfere com os esforços dos pais para regular as emoções da criança (Scaramella, Sohr-Preston, Mirabile, 2008).

Segundo Han e Shaffer (2014), a expressão por parte das mães de mais comentários críticos, menos comentários positivos e menos carinho associou-se com a desregulação aumentada por parte da criança, bem como com problemas de internalização e

externalização; por outro lado, comportamentos de proteção para com as crianças e atitudes emocionais associaram-se a menos desregulação emocional e menos problemas de externalização.

De acordo com Karreman, van Tuijl, van Aken, e Dekovic (2006), com a imposição de limites de forma não severa e utilizando instruções claras para guiar o comportamento da criança, os pais estimulam de forma positiva a autorregulação dos seus filhos; em contraste, a imposição de limites de forma severa, a utilização de críticas e mesmo atitudes de hostilidade estão associadas de forma negativa à autorregulação da criança. Eisenberg, Fabes, Shepard, Guthrie, Murphy, e Reiser (1999), por sua vez, propõe que reações punitivas afetam a regulação das crianças e os comportamentos de externalização, ao mesmo tempo que reações de *stress* parental se relacionam com comportamentos de internalização nas crianças.

É também de notar que crianças que vivem em ambientes familiares negativos (i.e., com pouco apoio e estimulação) podem mais facilmente desenvolver problemas de externalização, que podem manter-se ao longo do desenvolvimento, para além de serem mais provavelmente descritas como tendo problemas crónicos de comportamento (Fanti & Henrich, 2010).

1.5.3.2. Influência do comportamento da criança nas reações dos pais

O comportamento das crianças pode igualmente afetar a forma como os pais respondem às suas emoções (Vende & Sebre, 2014), uma vez que tanto os pais como as crianças contribuem para a qualidade das relações (Combs-Ronto, Olson, & Lunkenheimer (2009). Assim, as características das crianças entendidas como tornando-as mais ou menos difíceis de educar, parecem moldar a quantidade e qualidade do cuidado parental que recebem (Belsky, 1984).

Os comportamentos de externalização das crianças podem ter um efeito adverso nas respostas dadas pelas mães à emoção. Ao comparar mães de crianças com desenvolvimento normal com mães de crianças com problemas de externalização, as últimas têm menos probabilidade de responder com estratégias de suporte às emoções das crianças; no entanto, apenas a sua resposta perante a emocionalidade negativa é afetada, não se manifestando quando os comportamentos disruptivos da criança não se manifestam (Lougheed, Hollenstein, Lichtwarck-Aschoff & Granic, 2015).

Os problemas de externalização das crianças também têm influência na perceção de competência dos pais (Slagt, Deković, de Haan, van den Akker, & Prinzie, 2012). As mães de crianças com problemas de externalização podem ter dificuldades na sua própria autorregulação, o que faz com que tenham menos probabilidade de responder com estratégias de suporte ao afeto negativo da criança (Lougheed et al., 2015). Mais, as crianças com problemas de externalização têm mais dificuldade em parar o afeto negativo em resposta aos esforços de regulação das mães, o que pode fazer com que as mães usem menos estratégias de suporte, uma vez que aprenderam ao longo do tempo que as mesmas não resultam no controlo do comportamento da criança (Lougheed et al., 2015). Ainda de acordo com Murdock (2013), os problemas de comportamento relacionam-se com menos autoeficácia materna, mas não paterna; mais, no caso dos pais, a autoeficácia relaciona-se de forma positiva com o controlo parental, o que sugere que os pais podem incorporar a sua perceção de controlo do comportamento dos filhos na estimacção que fazem das suas competências parentais

1.5.4. Género dos pais

Para além de considerar o género das crianças, é ainda importante considerar o género dos pais. Por exemplo, de acordo com Denham et al. (2010), em comparação com os pais, as

mães expressam emoções tanto positivas como negativas de forma mais intensa, experienciam uma maior variedade de emoções e são melhores na descodificação de emoções.

1.5.5. Crenças dos pais

A forma como os pais compreendem e interpretam as emoções e comportamentos das crianças também é relevante para a forma como respondem aos mesmos. Por exemplo, quando os pais não veem melhoria no comportamento da criança, quer passado algum tempo, quer em reação a uma mudança das suas próprias atitudes, é razoável que assumam que o comportamento da criança se deve a fatores externos (Roberts, Joe, & Rowe-Hallbert, 1992). Pode igualmente ocorrer que os pais entendam a criança como sendo responsável pelo seu mau comportamento, ou seja, acreditar que os comportamentos errados manifestados pela criança diariamente são atos egoístas, intencionais e maliciosos que merecem punição (Nelson, O'Brien, Calkins, & Keane, 2013). Este tipo de atribuições pode aumentar a probabilidade de as mães responderem aos comportamentos disruptivos das crianças com práticas parentais severas que, embora possam levar ao efeito desejado (alterar o comportamento da criança a curto prazo), a longo prazo poderão provocar um agravamento desse comportamento (Nix et al., 1999). Embora alguns comportamentos possam tornar-se intencionais à medida que as crianças ficam mais velhas, este tipo de visão por parte dos pais leva a que mesmo acidentes e atos não intencionais sejam percebidos como intencionais e realizados com o propósito de provocar o progenitor (Nelson et al., 2013). Ao interpretar desta forma os comportamentos da criança, torna-se mais provável que estes pais reportem problemas de externalização nos seus filhos (Nelson et al., 2013).

A forma como os pais compreendem as causas do comportamento das crianças pode afetar a parentalidade, na medida em que, ao culpabilizar a criança pelo seu comportamento,

podem precipitar-se na forma negativa como respondem ao mesmo (Colalillo, Miller, & Johnston, 2015). Interações negativas prévias com a criança podem igualmente ter impacto nas atribuições feitas pelos pais (Colalillo et al., 2015). Ao mesmo tempo, pais que atribuem intencionalidade ao comportamento disruptivo da criança podem notar e reportar mais problemas de externalização (Colalillo et al., 2015). Estas atribuições relacionam-se igualmente com os comportamentos de internalização, na medida em que, quanto mais os pais assumem as crianças como culpadas pelos seus comportamentos, maior o nível de problemas de internalização reportado pelos pais (Colalillo et al., 2015).

As atribuições dos pais são igualmente relevantes ao nível da emocionalidade. Há várias crenças relativamente às emoções que são relevantes para os esforços de socialização, como a aceitação da experiência emocional das crianças por parte dos pais, crenças acerca da importância de atender às emoções das crianças, crenças acerca do significado de controlo das demonstrações emocionais, entre outras (Meyer et al., 2014).

Pais que dão atenção às emoções e as aceitam possivelmente conseguem dar mais atenção aos sentimentos dos filhos e entendê-los como legítimos, em vez de os ignorar ou minimizar a sua importância (Meyer et al., 2014). Ao entenderem as emoções desta forma, torna-se mais provável que os pais encorajem a expressão emocional dos filhos e os envolvam na resolução do problema ou no controlo das emoções, ao mesmo tempo que é menos provável que respondam aos estados emocionais das crianças com respostas punitivas ou de minimização (Meyer et al., 2014). Por outro lado, pais que se envolvem em práticas não-apoiantes podem não aceitar e dar atenção aos seus próprios sentimentos e ter dificuldades na sua regulação emocional e na compreensão dos seus sentimentos e respetivo significado (Meyer et al., 2014). Mais, mães que entendem os filhos como tendo altos níveis de emocionalidade negativa tendem a recorrer muito a reações de minimização e pouco a reações focadas na resolução do problema (Eisenberg et al., 1996). Pais que usam reações de

suporte e focadas no problema perante a emocionalidade dos filhos podem transmitir às crianças a percepção de que são socialmente capazes, ou seja, ao responderem às crianças de forma positiva e construtiva, os pais podem estar a comunicar de forma implícita que o comportamento da criança é socialmente adequado (Eisenberg et al., 1996).

Ao mesmo tempo, ao envolverem-se na educação emocional dos seus filhos, ou seja, ao ajudar as crianças a compreender e expressar as emoções de forma adequada, os pais tendem a ter expectativas mais realistas sobre o comportamento emocional adequado em termos desenvolvimentistas, a estar mais em sintonia com ou mais alerta às experiências emocionais dos seus filhos e a definir limites claros para o comportamento emocional (Cassano & Zeman, 2010). Para além disso, compreendem a experiência de afeto negativo por parte da criança como saudável e uma oportunidade para aprender e, mais importante, tendem a regular as suas próprias reações emocionais às experiências afetivas dos seus filhos (Cassano & Zeman, 2010). Pelo contrário, pais que recusam as emoções dos seus filhos acreditam que experienciar afeto negativo é prejudicial, tentando proteger as crianças de experienciar emoções negativas (Cassano & Zeman, 2010). Estes pais falham em reconhecer emoções de baixa intensidade, têm dificuldade em controlar as suas próprias reações emocionais e experienciam *stress* quando os seus filhos experienciam emoções negativas intensas (Cassano & Zeman, 2010). Assim, desencorajam respostas de regulação emocional que envolvam introspeção e regulam as emoções da criança externamente, sem permitir à criança fazer um esforço para se regular, caracterizando-se o seu estilo de instrução por fornecimento às crianças de uma grande quantidade de informação, de forma desregulada, e normalmente envolvendo respostas punitivas (Cassano & Zeman, 2010).

As crenças parentais acerca da importância do controlo das emoções pode motivar o seu envolvimento nas estratégias de resolução de problemas das crianças, o que ajuda a manter um ambiente familiar positivo (Meyer et al., 2014).

Embora certos comportamentos parentais de socialização ajudem a criança a desenvolver a sua competência social e emocional, as crenças dos pais determinam quais os comportamentos desejáveis em cada situação (Eisenberg et al., 1998). Assim, diferentes pais têm diferentes objetivos em relação à socialização das emoções: alguns pais acreditam que as emoções, principalmente as negativas, são prejudiciais e devem ser controladas, ensinando os seus filhos a minimizar, ignorar, negar ou prevenir a experiência e expressão de emoções; por outro lado, alguns pais acreditam que é desejável estar em contacto com as emoções e expressá-las de forma socialmente aceitável (Eisenberg et al., 1998). Estes objetivos podem ainda variar de acordo com as emoções, ou seja, tendo em conta diversos fatores, pode ser aceitável expressar algumas emoções mas não outras (Eisenberg et al., 1998). Assim, embora os objetivos possam ser diferentes, há um consenso de que é desejável que as crianças possam expressar e regular as suas emoções de formas socialmente desejáveis e valorizadas (Eisenberg et al., 1998), sendo os comportamentos parentais que promovem a competência social vistos como superiores aos restantes.

2. Objetivos de investigação

Este estudo tem como objetivo geral compreender a forma como as respostas parentais às emoções negativas das crianças se relacionam, por um lado, com a sua capacidade de autorregulação e, por outro, com a sua perceção sobre atributos positivos e negativos dos filhos.

Partindo deste objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar as dimensões de autorregulação parental e respostas parentais às emoções negativas das crianças;
2. Explorar a relação entre a autorregulação parental (geral e por dimensões) e as respostas parentais às emoções negativas das crianças;
3. Explorar a relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e a adaptação da criança;
4. Explorar a relação entre a autorregulação parental (geral e por dimensões) e a adaptação da criança;
5. Averiguar se há diferenças nas respostas dos progenitores às emoções das crianças em função do género e idade da criança, bem como em função do género dos pais;
6. Averiguar se há diferenças na autorregulação parental (geral e por dimensões) em função do género e idade da criança, bem como em função do género dos pais.

3. Método

3.1. Amostra

Este estudo contou com a participação de mães e pais de crianças em idade pré-escolar. A amostra foi constituída por 93 mães, com idades compreendidas entre os 24 e os 48 anos ($M=35,84$; $DP=5,203$) e 12 pais, com idades compreendidas entre os 25 e os 60 anos ($M=37,73$; $DP=6,821$). As crianças eram 48 rapazes (45,7%) e 57 raparigas (54,3%), com idades entre os 3 e os 6 anos ($M=4,39$; $DP=1,096$). De realçar que nesta amostra apenas se incluiu um progenitor de cada criança e cada progenitor respondeu apenas em relação a um filho.

3.2. Instrumentos de recolha de dados

3.2.1. Questionário sociodemográfico

Os pais preencheram um questionário sociodemográfico, para recolha de dados sobre a criança (idade, sexo) e seu contexto familiar (agregado familiar, posição na fratria), bem como sobre os pais (estado civil, idade e escolaridade).

3.2.2. *MaaP (Me as a Parent)* (Hamilton, Matthews, & Crawford, 2014)

O *MaaP* avalia a perceção dos pais em relação à sua autorregulação parental. A primeira versão da escala foi construída com base em instrumentos publicados que mediam a autoeficácia e a autoconfiança relativamente à parentalidade, estudos qualitativos e novos itens elaborados com base nos quatro constructos identificados anteriormente, o que resultou num total de 117 itens. Os itens foram classificados por dois membros da equipa de investigação, de acordo com os quatro fatores da autorregulação, classificações posteriormente analisadas por toda a equipa, sendo que cada item com uma classificação discrepante foi reescrito, incluído numa das escalas por consenso de toda a equipa, ou

eliminado, o que resultou num total de 91 itens, posteriormente revistos por um painel de investigadores, clínicos e pais. Através do feedback fornecido por este painel, a equipa de investigação reviu os itens, através de consenso entre toda a equipa, o que resultou num total de 71 itens (21 itens para autoeficácia, 13 para agência pessoal, 18 para autossuficiência e 19 para autocontrolo), os quais constituíram a escala de teste preliminar. Para o desenvolvimento da escala final, foi utilizada a análise fatorial confirmatória, da qual resultaram quatro fatores fortemente relacionados, mas independentes (autoeficácia, agência pessoal, autossuficiência e autocontrolo), que refletem a variável subjacente de autorregulação parental. Da análise fatorial confirmatória resultou a versão final da escala, constituída por 16 itens, divididos nos quatro fatores mencionados: autoeficácia (crenças acerca da capacidade para ultrapassar/resolver problemas; e.g., “Tenho confiança em mim como pai/mãe”), agência pessoal (locus de controlo, esforços dos pais vs. “sorte”; e.g., “Quando alguma coisa corre mal entre mim e o meu filho, há pouco que posso fazer para resolver a situação”), autocontrolo (definição de objetivos, automonitorização e autoavaliação; e.g., “Quando são necessárias mudanças na minha família sou bom(boa) a definir objetivos para alcançar essas mudanças”) e autossuficiência (resolução de problemas de forma independente, através de recursos do próprio ou identificação de recursos externos; e.g., “Sei como resolver a maior parte dos problemas que surgem na parentalidade”). Os itens são classificados numa escala de Likert de 5 pontos (1 = discordo fortemente a 5 = concordo fortemente), variando as pontuações entre 16 e 80 para a escala completa e entre 4 e 20 para cada uma das subescalas. A escala completa apresentou uma boa consistência interna (alfa de *Cronbach* = .85), bem como as subescalas: a subsescala autoeficácia apresentou um alfa de *Cronbach* de .75, com as correlações inter-itens variando entre .45 e .64; a subsescala autocontrolo um alfa de *Cronbach* de .72, com as correlações inter-itens variando entre .46 e .55; as escalas autossuficiência e agência pessoal apresentaram menor consistência interna, com a escala

autossuficiência apresentando um alfa de *Cronbach* de .65, com correlações inter-itens variando entre .40 e .46, e a escala agência pessoal apresentando um alfa de *Cronbach* de .63, com correlações inter-itens variando entre .33 e .49.

Neste estudo foi utilizada a versão portuguesa da escala, traduzida e adaptada por Marques, Cadete, Barros, & Pereira (2016). Relativamente à estrutura fatorial, a mesma difere da versão original do MaaP, uma vez que a análise fatorial confirmatória evidenciou uma estrutura em que as escalas autossuficiência e autocontrolo integram uma única escala, com correlações inter-itens próximas de 1.0. O modelo revisto, com três subescalas (agência pessoal, autossuficiência e autocontrolo), apresenta bons índices de ajustamento. A pontuação dos itens é semelhante à escala original, variando entre 4 e 20 para as subescalas agência pessoal e autossuficiência, e entre 8 e 40 para a subescala autocontrolo. No estudo de adaptação para Portugal (Marques, Barros, & Pereira, 2016), a escala completa apresentou uma boa consistência interna (alfa de *Cronbach* = .86), assim como as escalas de autoeficácia e de autocontrolo que apresentam um alfa de *Cronbach* de .79. Para a escala de agência pessoal obteve-se apenas um alfa de *Cronbach* de .49.

3.2.3. CCNES (*Coping with Children's Negative Emotions Scale*) (Fabes, Eisenberg, & Bernzweig, 1990)

A CCNES foi construída para avaliar a forma como os pais respondem às emoções negativas dos filhos em idade pré-escolar e escolar. Esta escala apresenta 12 cenários hipotéticos, nos quais a criança experiencia emocionalidade negativa, sendo pedido aos pais que classifiquem a probabilidade de dar cada uma de seis respostas possíveis, através de uma escala de Likert de 7 pontos (1 = nada provável a 7 = muito provável). Cada uma das seis hipóteses de resposta reflete uma forma diferente de os pais lidarem com a emoção da criança: resposta focada no problema (e.g., “ajudo-o/a a pensar numa forma de ainda estar

com os amigos”), resposta focada na emoção (e.g., “acalmo-o/a, faço qualquer coisa divertida para que se sinta melhor), encorajamento expressivo (e.g., “encorajo-o/a a expressar os seus sentimentos de zanga e frustração), reação de minimização (e.g., “digo-lhe para não dar tanta importância ao assunto), reação de punição (e.g., “mando-o/a ir para o quarto para se acalmar) e *stress* parental (e.g., “zango-me com ele/ela”). As pontuações para cada uma das seis subescalas são obtidas através da média da soma das pontuações em cada subescala, isto é, ao longo das respostas às 6 situações.

3.2.4. SDQ (*Strengths and Difficulties Questionnaire*) (Goodman, 2001)

O SDQ é um instrumento de avaliação comportamental que questiona os pais acerca de 25 atributos positivos e negativos do filho, e que se organiza em cinco subescalas, cada uma constituída por cinco itens: problemas de conduta (birras, obediência, envolvimento em conflitos, mentiras, roubo), hiperatividade (agitação, inquietude, distração, pensar antes de agir e persistência na tarefa), sintomas emocionais (queixas somáticas, preocupações, tristeza, insegurança, medos), problemas com pares (isolamento, amigos, popularidade, alvo dos outros, melhor relação com adultos) e comportamento pro-social (sensibilidade ao outro, partilha, preocupação com o outro, simpatia/amabilidade, vontade de ajudar) (Goodman, Meltzer, & Bailey, 2003; Woerner, Becker, & Rothenberg, 2004).

Para cada um dos itens, é pedido aos pais que assinalem uma de três opções (“não é verdade”, “é um pouco verdade”, “é muito verdade”), que correspondem, respetivamente, às pontuações de 0, 1 e 2. As pontuações dos 5 itens de cada uma das subescalas são então somadas, de forma a obter a pontuação dessa subescala, a qual varia entre 0 e 10. Para obter a pontuação da escala completa, todas as subescalas (à exceção da subescala comportamento pro-social) são somadas, podendo assim o resultado variar entre 0 e 40.

Foram desenvolvidas versões alargadas do SDQ, uma vez que o original apenas informa sobre atributos positivos e negativos e não questiona sobre outros fatores relevantes. Assim, foi incluída uma parte que questiona acerca do impacto, que avalia se os respondentes consideram que a criança tem alguma dificuldade e, em caso positivo, questiona sobre o impacto dessas dificuldades na criança ou para a família, perturbação que causam a nível social e cronicidade (Goodman, 1999). Neste estudo foram apenas utilizadas as subescalas de sintomas emocionais, problemas com pares (que formam a subescala de internalização), hiperatividade e problemas de conduta (que formam a escala de externalização).

3.3. Procedimento

Começou por ser obtida aprovação para o estudo junto da Comissão de Deontologia da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Os dados foram recolhidos de duas formas: disponibilização dos questionários *online* e através do contacto com uma instituição frequentada por crianças em idade pré-escolar. No caso do presente estudo, foram convidados a participar todos os pais de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos.

Relativamente à recolha *online*, após uma explicação dos objetivos do estudo e de ser garantido anonimato dos dados recolhidos, os pais deram o seu consentimento para o preenchimento dos questionários, o qual tinha uma duração média de 20 minutos.

Em relação à recolha através da instituição, foi solicitada a colaboração da mesma através de contacto com a Direção. Neste contacto, foram explicados os objetivos do estudo, bem como qual seria a colaboração necessária por parte da instituição. Após autorização da Direção, foi feito novo contacto com as educadoras, em que lhes foi pedida a sua colaboração para a entrega dos materiais aos pais.

Obtendo-se a colaboração das educadoras, foram enviados para os pais os consentimentos informados, nos quais constavam algumas indicações sobre o estudo

(objetivos, o que lhes seria pedido, contacto da investigadora para possíveis esclarecimentos), os quais deveriam ser devolvidos, indicando os pais se queriam ou não participar no estudo, de forma a serem, posteriormente, enviados os instrumentos.

Foram enviados um total de 105 consentimentos informados, tendo sido devolvidos 52. Entre estes, 11 pais não aceitaram participar no estudo, pelo que foram enviados apenas 41 questionários. Entre os questionários enviados, apenas 29 foram devolvidos, sendo 4 posteriormente eliminados (dois porque correspondiam a respostas do mesmo progenitor em relação a dois filhos diferentes que frequentavam a instituição, e dois porque foram devolvidos em branco). Assim, no total, obteve-se um total de 25 respostas aos questionários.

Em relação aos questionários individuais, e considerando toda a amostra, foram recolhidas 104 respostas ao questionário MaaP, 104 respostas ao questionário SDQ e 88 respostas ao questionário CCNES.

3.4. Análise estatística

A análise dos dados foi conduzida com recurso ao *software IBM SPSS Statistics 23*. Em relação aos dados omissos, e quando os mesmos corresponderam a menos de 10% dos itens de cada questionário, os valores em falta foram substituídos pela pontuação média do sujeito na subescala em que esse item estava inserido. Foram eliminados os questionários CCNES de dois dos participantes por terem demasiados dados omissos.

Procedeu-se então à análise descritiva do questionário sociodemográfico, de forma a caracterizar a amostra. Para as escalas e subescalas de interesse, foram realizadas análises de estatística inferencial, de modo a verificar se as variáveis apresentavam distribuição normal (teste de Kolmogorov-Smirnov). Uma vez que várias variáveis não apresentavam distribuição normal nesta amostra, optou-se pela utilização de testes não-paramétricos. Para análise das variáveis de interesse em função das dimensões sociodemográficas, foram utilizados os testes

de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis, ambos para amostras independentes. Para análise das associações entre as várias escalas foi utilizado o Coeficiente de Correlação de Spearman.

4. Resultados

4.1. Caracterização da amostra

As tabelas 1 e 2 correspondem à caracterização da amostra das crianças (idade, sexo) e dos pais (sexo, anos de escolaridade), respetivamente.

Tabela 1 – *Características das crianças (N=105)*

Idade da criança	Sexo masculino		Sexo feminino		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
3 anos	15	31.3%	12	21.1%	27	25.7%
4 anos	13	27.1%	20	35.1%	33	31.4%
5 anos	10	20.8%	12	21.1%	22	21.0%
6 anos	10	20.8%	13	22.8%	23	21.9%
TOTAL	48	45.7%	57	54.3%	105	100%

Tabela 2 – *Características dos pais (N=105)*

	N	%
Género dos pais		
Mãe	93	88.6 %
Pai	12	11.4 %
Escolaridade da mãe		
6 anos de escolaridade	1	1.0 %
9 anos de escolaridade	7	6.7 %
12 anos de escolaridade	20	19.0 %
Ensino Superior	76	72.4 %
NR	1	1.0 %
Escolaridade do pai		
6 anos de escolaridade	6	5.7 %
9 anos de escolaridade	20	19.0 %
12 anos de escolaridade	32	30.5 %
Ensino Superior	47	44.8 %
Estado civil		
Solteiros	7	6.7 %
Casados ou união de facto	83	79.0 %
Separados ou divorciados	14	13.3 %
Outro	1	1.0 %

4.2. Estatística Descritiva

4.2.1. Autorregulação dos pais

Foram analisadas as várias subescalas do questionário MaaP, em termos de média, desvio-padrão, mínimo e máximo de cada subescala (como apresentado na tabela 3), bem como as correlações entre as diferentes subescalas (como apresentado na tabela 4).

Em relação à consistência interna das escalas, na escala Agência Pessoal obteve-se um alfa de *Cronbach* de .40 e uma correlação inter-itens variando entre .13 e .26. Para a escala Autoeficácia, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .75 e uma correlação inter-itens variando entre .41 e .64. Por fim, para a escala Autocontrolo obteve-se um alfa de *Cronbach* de .69 e uma correlação inter-itens variando entre .23 e .51. Estes valores, embora um pouco mais baixos do que os verificados no estudo original, aproximam-se dos mesmos, apresentando as escalas Autoeficácia e Autocontrolo uma boa consistência interna e a escala Agência Pessoal valores mais baixos.

Tabela 3 – Média, desvio-padrão e valores máximo e mínimo das subescalas do MaaP

(*N*=104)

	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Autoeficácia	16.61	1.88	11.00	20.00
Agência pessoal	17.30	1.67	13.00	20.00
Autocontrolo	31.78	2.98	25.00	40.00

Tabela 4 – Correlações intra-escalas do Me as a Parent – Coeficiente de Correlação de Spearman ($N=104$)

	Agência pessoal	Autoeficácia
Autoeficácia	.217*	
Autocontrole	.196*	.657**

* $p < .05$; ** $p < .01$

Observaram-se correlações positivas e significativas entre as várias escalas do MaaP.

4.2.2. Caracterização das respostas dadas pelos pais às emoções das crianças

Analisaram-se igualmente as várias subescalas do CCNES, em termos de média, desvio-padrão, mínimo e máximo de cada subescala (como apresentado na tabela 7), bem como as correlações entre as diferentes subescalas (como apresentado na tabela 8).

Em relação à consistência interna das escalas, na escala Stress Parental obteve-se um alfa de *Cronbach* de .76 e uma correlação inter-itens variando entre .16 e .57. Para a escala Reação de Punição, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .78 e uma correlação inter-itens variando entre .16 e .62. Para a escala Encorajamento Expressivo, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .56 e uma correlação inter-itens variando entre -.15 e .57. Para a escala Resposta Focada na Emoção, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .82 e uma correlação inter-itens variando entre .32 e .63. Para a escala Resposta Focada no Problema, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .81 e uma correlação inter-itens variando entre .09 e .64. Por fim, para a escala Reação de Minimização, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .79 e uma correlação inter-itens variando entre .22 e .64.

Tabela 5 – Média, desvio-padrão e valores máximo e mínimo das subescalas do CCNES

(N=88)

	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Resposta focada no problema	5.83	0.71	3.67	7.00
Resposta focada na emoção	5.72	0.82	3.92	7.00
Encorajamento expressivo	3.99	0.64	1.92	5.08
Reação de minimização	3.29	0.93	1.25	5.50
Reação de punição	3.12	0.91	1.25	5.33
Stress parental	2.21	0.72	1.00	4.00

Tabela 6 – Correlações intra-escalas do Coping with Children's Negative Emotions Scale – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=88)

	R. focada problema	R. focada emoção	Encoraj. expressivo	Reação minimização	Reação punição
Resp. focada na emoção	.687**				
Encorajamento expressivo	.400**	.424**			
Reação de minimização	.115	.152	.034		
Reação de punição	.089	.143	.016	.971**	
Stress parental	-.101	.006	.017	.458**	.496**

**
 $p < .01$

Observaram-se correlações positivas e significativas entre as escalas Resposta Focada no Problema, Resposta Focada na Emoção e Encorajamento Expressivo, bem como entre Reação de Minimização, Reação de Punição e Stress Parental.

4.2.3. Caracterização dos comportamentos das crianças

As várias subescalas do SDQ foram igualmente analisadas, em termos de média, desvio-padrão, mínimo e máximo de cada subescala (como apresentado na tabela 5), bem como as correlações entre as diferentes subescalas (como apresentado na tabela 6).

Em relação à consistência interna das escalas, na escala Sintomas Emocionais obteve-se um alfa de *Cronbach* de .44 e uma correlação inter-itens variando entre .12 e .39. Para a escala Problemas de Conduta, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .42 e uma correlação inter-itens variando entre .10 e .38. Para a escala Hiperatividade, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .72 e uma correlação inter-itens variando entre .38 e .59. Por fim, para a escala Problemas com Pares, obteve-se um alfa de *Cronbach* de .56 e uma correlação inter-itens variando entre .12 e .49.

Tabela 7 – Média, desvio-padrão e valores máximo e mínimo das subescalas do SDQ

(N=104)

	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Problemas de conduta	1.95	1.33	.00	6.00
Hiperatividade	4.48	2.40	.00	10.00
Sintomas emocionais	1.72	1.32	.00	6.00
Problemas com pares	1.13	1.33	.00	6.00

Tabela 8 – *Correlações intra-escalas do Strengths and Difficulties Questionnaire –*
Coeficiente de Correlação de Spearman (N=104)

	Problemas de conduta	Hiperatividade	Sintomas emocionais	Problemas com pares
Hiperatividade	.364**			
Sintomas emocionais	.266**	.188		
Problemas com pares	.113	-.033	.274**	

* $p < .05$; ** $p < .01$

Observaram-se correlações positivas e significativas entre as escalas Problemas de Conduta e Hiperatividade e Sintomas Emocionais e entre as escalas Sintomas Emocionais e Problemas com Pares.

4.3. Relação entre a autorregulação parental e as respostas parentais dadas às emoções negativas das crianças

Tabela 9 – *Correlações entre autorregulação parental e respostas parentais de suporte às emoções das crianças – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=87)*

	Reações parentais de suporte		
	Resposta focada no problema	Resposta focada na emoção	Encorajamento expressivo
Autorregulação	.283**	.301**	.192
Autoeficácia	.157	.193	.108
Agência pessoal	.256*	.229*	.127
Autocontrolo	.249*	.253*	.179

* $p < .05$; ** $p < .01$

Verificaram-se associações positivas e muito fracas ou fracas entre a Autorregulação parental geral e as reações parentais Resposta Focada no Problema e Resposta Focada na Emoção. Verificam-se ainda associações positivas e muito fracas entre as reações parentais mencionadas e as escalas Agência Pessoal e Autocontrolo.

Tabela 10 – *Correlações entre autorregulação parental e respostas parentais de não-suporte às emoções das crianças – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=87)*

	Reações parentais de não-suporte		
	Reação de minimização	Reação de punição	Stress parental
Autorregulação	-.140	-.122	-.397**
Autoeficácia	-.075	-.020	-.192
Agência pessoal	-.097	-.144	-.385**
Autocontrole	-.089	-.063	-.353**

**
p<.01

Verificaram-se associações negativas e fracas entre a reação parental de Stress e a Autorregulação parental geral, bem como com as subescalas Agência Pessoal e Autocontrole.

4.4. Relação entre as respostas parentais dadas às emoções das crianças e os comportamentos de internalização e externalização

Tabela 11 – *Correlações entre respostas parentais às emoções das crianças e comportamentos de internalização e externalização – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=88)*

Respostas parentais às emoções das crianças	Comportamentos da criança	
	Comportamentos de internalização	Comportamentos de externalização
Resposta focada no problema	-.135	-.094
Resposta focada na emoção	-.027	-.094
Encorajamento expressivo	.033	-.206
Reação de minimização	.093	-.006
Reação de punição	.057	.036
Stress parental	.014	.057

Não se verificam quaisquer correlações significativas as respostas parentais dadas às emoções das crianças e os comportamentos de internalização e externalização destas.

4.5. Relação entre a autorregulação parental e os comportamentos de internalização e externalização das crianças

Tabela 12 – *Correlações entre comportamentos de internalização e externalização e autorregulação parental – Coeficiente de Correlação de Spearman (N=103)*

	Comportamento da criança	
	Comportamentos de internalização	Comportamentos de externalização
Autorregulação	-.181	-.155
Autoeficácia	-.203*	-.053
Agência pessoal	-.103	-.225*
Autocontrolo	-.145	-.117

* $p < .05$

Verificam-se associações negativas e fracas entre a Autoeficácia e os Comportamentos de Internalização, bem como entre a Agência Pessoal e os Comportamentos de Externalização.

4.6. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e variáveis demográficas da criança e dos pais

4.6.1. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e idade das crianças

Tabela 13 – *Comparação das respostas parentais às emoções das crianças em função da idade das crianças – Teste Kruskal-Wallis (N 3 anos=20; N 4 anos=29; N 5 anos=20; N 6 anos=19)*

	Idade das crianças	Média das ordens	Asymp. Sig.
Resposta focada no problema	3 anos	49.33	.537
	4 anos	44.62	
	5 anos	37.83	
	6 anos	46.26	
Resposta focada na emoção	3 anos	47.95	.721
	4 anos	43.91	
	5 anos	39.50	
	6 anos	47.03	
Encorajamento expressivo	3 anos	50.03	.543
	4 anos	43.10	
	5 anos	38.88	
	6 anos	46.74	
Reação de minimização	3 anos	46.83	.506
	4 anos	39.43	
	5 anos	43.93	

	6 anos	50.39	
	3 anos	47.10	
Reação de punição	4 anos	39.48	.355
	5 anos	41.90	
	6 anos	52.16	
	3 anos	42.80	
Stress parental	4 anos	45.50	.802
	5 anos	40.93	
	6 anos	48.53	

Não se verificam diferenças significativas entre as respostas parentais às emoções das crianças em função da idade das crianças.

4.6.2. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género das crianças

Tabela 14 – Comparação das respostas parentais às emoções das crianças em função do género das crianças – Teste Mann-Whitney (N sexo masculino=38; N sexo feminino=50)

	Sexo da criança	Média das ordens	Mann-Whitney U	Asymp. Sig. (2-tailed)
Resposta focada no problema	Masculino	37.71	692.000	.030*
	Feminino	49.66		
Resposta focada na emoção	Masculino	36.25	636.500	.008**
	Feminino	50.77		
Encorajamento expressivo	Masculino	43.43	909.500	.733
	Feminino	45.31		
Reação de minimização	Masculino	46.29	882.000	.566
	Feminino	43.14		
Reação de punição	Masculino	45.71	904.000	.698
	Feminino	43.58		
Stress parental	Masculino	43.67	918.500	.791
	Feminino	45.13		

* $p < .05$; ** $p < .01$

Verificam-se diferenças significativas nas Respostas Focadas no Problema e nas Respostas Focadas na Emoção em função do género da criança, envolvendo-se os progenitores mais nestas respostas com as filhas do que com os filhos.

4.6.3. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género dos pais

Tabela 15 – *Comparação das respostas parentais às emoções das crianças em função do género dos pais – Teste Mann-Whitney (N mães=79; N pais=9)*

	Sexo dos pais	Média das ordens	Mann-Whitney U	Asymp. Sig. (2-tailed)
Resposta focada no problema	Mãe	44.78	333.000	.756
	Pai	42.00		
Resposta focada na emoção	Mãe	45.13	306.000	.495
	Pai	39.00		
Encorajamento expressivo	Mãe	46.10	229.000	.081
	Pai	30.44		
Reação de minimização	Mãe	42.90	229.000	.081
	Pai	58.56		
Reação de punição	Mãe	43.01	238.000	.105
	Pai	57.56		
Stress parental	Mãe	43.94	311.500	.544
	Pai	49.39		

Não se verificam diferenças significativas nas respostas parentais às emoções das crianças em função do género dos pais.

4.7. Relação entre a autorregulação parental e variáveis demográficas da criança e dos pais

4.7.1. Relação entre a autorregulação parental e idade das crianças

Tabela 16 – *Comparação da autorregulação dos pais em função da idade das crianças – Teste Kruskal-Wallis (N 3 anos=27; N 4 anos=33; N 5 anos=22; N 6 anos=12)*

	Idade das crianças	Média das ordens	Asymp. Sig.
Autorregulação	3 anos	48.20	.374
	4 anos	58.36	
	5 anos	55.64	
	6 anos	45.84	
Autoeficácia	3 anos	47.93	.601
	4 anos	57.21	
	5 anos	54.43	
	6 anos	49.11	
Agência pessoal	3 anos	49.70	.758
	4 anos	56.70	
	5 anos	52.91	
	6 anos	49.23	
Autocontrolo	3 anos	48.80	.286
	4 anos	59.59	
	5 anos	54.11	
	6 anos	44.80	

Não se verificam diferenças significativas na autorregulação parental em função da idade das crianças.

4.7.2. Relação entre a autorregulação parental e género das crianças

Tabela 17 – *Comparação da autorregulação dos pais em função do género da criança –*

Teste Mann-Whitney (N sexo masculino=48; N sexo feminino=56)

	Sexo da criança	Média das ordens	Mann- Whitney U	Asymp. Sig. (2-tailed)
Autorregulação	Masculino	49.43	1196.500	.335
	Feminino	55.13		
Autoeficácia	Masculino	49.74	1211.500	.378
	Feminino	54.87		
Agência pessoal	Masculino	49.39	1194.500	.320
	Feminino	55.17		
Autocontrolo	Masculino	49.94	1221.000	.419
	Feminino	54.70		

Não se verificam diferenças significativas na perceção de autorregulação parental em função do género das crianças.

4.7.3. Relação entre a autorregulação parental e género dos pais

Tabela 18 – *Comparação da autorregulação dos pais em função do género dos pais – Teste Mann-Whitney (N mães=92; N pais=12)*

	Sexo dos pais	Média das ordens	Mann-Whitney U	Asymp. Sig. (2-tailed)
Autorregulação	Mãe	53.91	422.000	.185
	Pai	41.67		
Autoeficácia	Mãe	53.48	461.500	.348
	Pai	44.96		
Agência pessoal	Mãe	53.11	496.000	.561
	Pai	47.83		
Autocontrolo	Mãe	54.42	375.000	.070
	Pai	37.75		

Não se verificam diferenças significativas na perceção de autorregulação parental em função do género dos pais. Verifica-se, no entanto, uma tendência para maior autocontrolo nas mães, em comparação com os pais.

5. Discussão

Como referido anteriormente, este estudo teve como objetivo compreender a forma como pais e mães respondem às emoções negativas dos seus filhos, de acordo, por um lado, com a sua capacidade de autorregulação e, por outro, com a sua perceção dos problemas de comportamento dos filhos. De seguida são discutidos os resultados anteriormente apresentados.

5.1. Caracterização das dimensões de autorregulação e respostas parentais às emoções negativas das crianças

5.1.1. Autorregulação dos pais

Os pais e mães que participaram no estudo apresentam valores elevados em todas as dimensões de autorregulação, chegando mesmo alguns pais a obter a pontuação máxima em todas as subescalas. Estes resultados sugerem que estes progenitores se consideram pais autorregulados, com capacidades para fazer frente aos desafios inerentes à parentalidade.

Relativamente ao instrumento utilizado para aceder à autorregulação parental, o MaaP, é de referir boas correlações entre as várias subescalas. Em termos de consistência interna, é possível afirmar que as subescalas Autoeficácia e Autocontrolo apresentam uma boa consistência interna, o que indica que todos os itens medem o mesmo constructo; a escala Agência Pessoal apresenta uma consistência interna mais baixa, o que obriga a maior prudência na interpretação dos resultados relacionados com esta dimensão.

5.1.2. Respostas parentais às emoções negativas das crianças

Os pais e mães da amostra reportam, em média, maior utilização de estratégias de suporte (resposta focada no problema, resposta focada na emoção e encorajamento expressivo) para lidar com as emoções dos seus filhos, do que respostas de não-suporte (reação de minimização, reação de punição e stress parental).

Relativamente ao instrumento utilizado, verificaram-se boas correlações entre as subescalas que constituem as reações de suporte, tendo-se verificado igualmente boas correlações entre as escalas que constituem as reações de não-suporte. Em termos de consistência interna, todas as subescalas apresentam uma boa consistência interna (alfa de *Cronbach* superior a 0.70), à exceção da subescala Encorajamento Expressivo.

5.2. Relação entre a autorregulação parental e as respostas parentais dadas às emoções negativas das crianças

Relativamente às reações parentais de suporte, verificaram-se relações positivas e significativas entre autorregulação no geral, autossuficiência e autocontrolo e as respostas parentais focadas na emoção e no problema. Os resultados sugerem assim que pais com maior capacidade de autorregulação, que se assumem como responsáveis pelo comportamento dos filhos e que usam as suas capacidades na modificação desse comportamento (Sanders, 2008), se envolvem em estratégias para lidar com a emoção da criança que a ajudam, ou a lidar com o problema concreto que têm em mãos, ou a lidar com a emoção despertada pela situação.

Ao nível das reações parentais de não-suporte, verificaram-se associações significativas e negativas entre o *stress* parental e a autorregulação no geral, bem como entre a agência pessoal e o autocontrolo. Desta forma, pais que sentem que não têm capacidades para fazer frente às exigências parentais e que não têm um papel na modificação do comportamento dos seus filhos (Sanders, 2008) podem ter mais dificuldade em lidar com as emoções negativas dos filhos, experienciando assim maiores níveis de *stress*.

5.3. Relação entre as respostas parentais dadas às emoções das crianças e os comportamentos de internalização e externalização

Não se verificaram associações significativas entre os comportamentos de internalização e externalização das crianças e quaisquer respostas parentais às emoções dos filhos consideradas. Verificou-se, no entanto, uma associação negativa, próxima da significância, entre a resposta parental de encorajamento expressivo e os comportamentos de externalização das crianças. Ao fornecerem um contexto positivo à criança, sob a forma de aceitação do seu afeto negativo e encorajamento da expressão do mesmo (Fabes et al., 2001), os pais facilitam a expressão e regulação adequada da experiência emocional (Buckholdt et al., 2014). Este resultado vai igualmente de encontro do estudo de Rinaldi e Howe (2012), segundo o qual estratégias de parentalidade positivas podem estar relacionadas com menos comportamentos de externalização.

5.4. Relação entre a autorregulação parental e os comportamentos de internalização e externalização das crianças

Relativamente à associação entre a autorregulação parental e o comportamento das crianças, verificou-se uma associação negativa e significativa entre a autoeficácia parental e os comportamentos de internalização dos filhos. Estes resultados confirmam o verificado por Donovan et al. (1990), de acordo com o qual mães com uma alta perceção de autoeficácia conseguem dar respostas sensíveis e contingentes às emoções das crianças, podendo assim conseguir ajudar a criança a lidar com as suas emoções negativas de forma adequada.

Verificou-se igualmente uma associação negativa e significativa entre agência pessoal e os comportamentos de externalização das crianças. Pais com maior perceção de agência pessoal tendem a atribuir o comportamento dos filhos a fatores controláveis (Sanders, 2008), assim possíveis de modificar, pelo que podem empregar mais esforços na regulação dos

comportamentos indesejáveis. Torna-se necessário considerar, porém, a possível bidirecionalidade desta relação, ou seja, a manifestação de comportamentos de externalização pelas crianças pode dificultar a autorregulação dos pais, sentindo-se assim menos capazes de mudar o comportamento das crianças (Sanders, 2008) e empregando estratégias menos ajustadas para responder ao comportamento da criança (Lougheed et al., 2015), o que por sua vez pode exacerbar o comportamento negativo.

5.5. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e variáveis demográficas da criança e dos pais

5.5.1. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e idade das crianças

Não se verificaram diferenças significativas para as várias estratégias usadas para responder às emoções das crianças em função da idade destas. De acordo com a literatura, poderiam ser esperadas algumas diferenças em função da idade, por exemplo, um maior uso de estratégias de suporte com as crianças mais novas (Fabes et al., 1994). No entanto, de acordo com Denham et al. (1997), as crianças mais velhas podem estar mais preparadas para compreender e aceitar estas estratégias fornecidas pelos pais, pelo que se poderiam igualmente ter observado diferenças neste sentido. Assim, embora pudessem ter sido observadas algumas diferenças em função da idade das crianças, as estratégias de suporte emocional são importantes tanto para crianças mais novas (uma vez que são preditivas do seu desenvolvimento socio-emocional), como para crianças mais velhas (visto que, já não sendo preditivas, estão igualmente na base do desenvolvimento socio emocional das crianças) (Russell et al., 2016).

5.5.2. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género das crianças

Relativamente às respostas parentais de suporte, verificaram-se diferenças significativas em função do género da criança, oferecendo os progenitores mais respostas focadas no problema e na emoção às filhas do que aos filhos.

Tal como sugerido por Zahn-Waxler (2010), as emoções que os pais socializam nos seus filhos podem ser diferentes tendo em conta o género das crianças. Desta forma, os resultados obtidos podem sugerir uma maior aceitação das emoções negativas das filhas em comparação com as dos filhos, e, como tal, ocorrer um maior envolvimento dos pais na resolução do problema ou no controlo da emoção das raparigas (Meyer et al., 2014).

5.5.3. Relação entre as respostas parentais às emoções negativas das crianças e género dos pais

Não se verificaram diferenças significativas nas respostas parentais às emoções das crianças em função do género dos pais. Foram observados, no entanto, dois resultados próximos da significância, nomeadamente um maior uso de estratégias de encorajamento expressivo por parte das mães e um maior uso de reações de minimização por parte dos pais.

Denham et al. (2010) propõem que as mães podem experienciar uma maior variedade de emoções e ter uma melhor perceção das estratégias mais adequadas para usar no controlo das emoções das crianças, em comparação com os pais. Desta forma, é possível que as mães consigam dar mais atenção aos sentimentos dos filhos e encorajar a expressão das suas emoções (Meyer et al., 2014), uma vez que podem ter um maior conhecimento da forma como lidar com as mesmas. Ao mesmo tempo, os pais podem ter dificuldade na compreensão e regulação dos seus próprios sentimentos, envolvendo-se assim mais em estratégias de

minimização das emoções das crianças (Meyer et al., 2014), uma vez que, não conseguindo lidar com as suas emoções, podem não se sentir competentes em fazê-lo com as emoções dos seus filhos.

5.6. Relação entre a autorregulação parental e variáveis demográficas da criança e dos pais

5.6.1. Relação entre a autorregulação parental e idade das crianças

Não se verificaram diferenças significativas na autorregulação parental em função da idade das crianças. De acordo com a literatura recolhida, e tendo em conta a forma como a autorregulação é medida neste estudo, o facto de não se encontrarem diferenças em função da idade das crianças não é algo surpreendente, uma vez que um pai ou uma mãe autorregulados têm os recursos necessários para resolver problemas e adaptar-se às exigências da criança ao longo do desenvolvimento desta (Sanders & Mazzucchelli, 2013).

5.6.2. Relação entre a autorregulação parental e género das crianças

Não se verificaram diferenças significativas na autorregulação parental em função do género das crianças. De novo, estes resultados não surpreendem, uma vez que, mesmo tendo em conta papéis de género, um pai autorregulado adapta-se às exigências inerentes à educação de uma rapariga ou de um rapaz, por possuir os recursos necessários para tal (Sanders & Mazzucchelli, 2013).

5.6.3. Relação entre a autorregulação parental e género dos pais

Não se verificaram diferenças significativas na percepção de autorregulação parental em função do género dos pais. Verificou-se, porém, uma ligeira tendência para as mães apresentarem valores mais elevados de autocontrolo do que os pais. De acordo com os papéis

de gênero, podem existir diferenças na forma como mães e pais compreendem as suas competências, os mesmos socializados desde muito cedo (Eccles, Jacobs, & Harold, 1990). Assim, os pais podem sentir, em comparação com as mães, que têm menos capacidades para conseguir lidar com os seus filhos. É importante ter em consideração, no entanto, que o número de pais neste estudo é muito reduzido, pelo que as análises comparativas entre pais e mães devem ser consideradas com prudência e apenas como hipóteses a explorar em estudos futuros.

6. Conclusões

Este estudo fornece alguns contributos sobre a relação entre a autorregulação parental e a forma como os pais regulam as suas emoções para dar respostas às emoções negativas das crianças, assim como a possível associação entre estas respostas parentais no comportamento das crianças.

Especificamente, observou-se que pais e mães com maior capacidade de autorregulação se envolvem ativamente na regulação emocional da criança, ajudando-a a resolver o problema ou a lidar com a emoção que está a experienciar. Estes pais experienciam igualmente menores reações de *stress* perante a necessidade de responder às emoções da criança. Verificou-se igualmente que pais com maior perceção de autoeficácia e agência pessoal conseguem ajudar melhor as crianças a regular o seu comportamento.

Não foram observadas diferenças para as respostas dos pais em função da idade da criança nem do género dos pais, observando-se, porém, algumas diferenças ao nível do género da criança. Relativamente à autorregulação parental, não foram encontradas diferenças de acordo com nenhuma das variáveis demográficas, o que é consistente com a definição de autorregulação considerada neste estudo, segundo a qual pais autorregulados têm capacidade para se adaptar e lidar com as exigências inerentes à parentalidade.

Relativamente às limitações do estudo, é de referir, em primeiro lugar, o baixo número de participantes do estudo. Embora a amostra final conte com 105 progenitores, nem todos responderam a todos os questionários, o que faz com que algumas das análises estatísticas contem com menos de 100 sujeitos, podendo assim os resultados ser pouco consistentes. Em segundo lugar, não há um equilíbrio entre o número de pais e de mães (proporção de cerca de 1:7), pelo que os resultados das comparações entre mães e pais devem ser analisados com prudência. Em terceiro lugar, apenas foram utilizados instrumentos de autorrelato, recolhendo-se apenas através da perspetiva de um progenitor, podendo haver

enviesamentos em todos os instrumentos na mesma direção. Não se pode excluir também efeitos de desejabilidade social no preenchimento dos instrumentos.

Embora muitos dos resultados encontrados não sejam significativos, este estudo sublinha a necessidade de uma maior compreensão das relações que se estabelecem entre a autorregulação parental, as respostas dadas pelos pais às emoções das crianças e os comportamentos das crianças, em termos, por exemplo, de direccionalidade e fatores de influência, de forma a possibilitar intervenções focadas na modificação dos componentes problemáticos e, assim, melhorar quer o desenvolvimento e adaptação da criança, quer a adaptação dos progenitores ao papel parental e às exigências do mesmo decorrentes.

Estudos posteriores sobre a temática deveriam incluir uma amostra maior, bem como procurar um maior equilíbrio em termos de grupos demográficos relevantes. Poderia igualmente ser de interesse compreender a forma como os progenitores experienciam as suas próprias emoções, de forma a compreender, por um lado, quais as relações que se estabelecem entre autorregulação e a regulação emocional parentais e, por outro, se a regulação parental se associa com a forma como os pais respondem às emoções negativas das crianças e mesmo como compreendem os seus comportamentos.

Referências bibliográficas

- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of self-regulation. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 248-287. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90022-L](http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978(91)90022-L)
- Bandura, A. (1997). Theoretical perspectives. In A. Bandura (Ed.), *Self-efficacy: the exercise of control* (pp. 1-33). New York: W. H. Freeman and Company.
- Barros, L., Goes, A. R., & Pereira, A. I. (2015). Parental self-regulation, emotional regulation and temperament: Implications for intervention. *Estudos de Psicologia*, 32(2), 295-306. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000200013>
- Belsky, J. (1994). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55(1), 83-96. doi: 10.2307/1129836
- Buckholdt, K. E., Parra, G. B. & Jobe-Shields, L. (2014). Intergenerational transmission of emotion dysregulation through parental invalidation of emotions: Implications for adolescent internalizing and externalizing behaviors. *Journal of Child and Family Studies*, 23, 324-332. doi: 10.1007/s10826-013-9768-4
- Campos J. J., Mumme, D. L., Kermoian, R., & Campos, R. G. (1994). A functionalist perspective on the nature of emotion. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2/3), 284-303. doi: 10.1111/j.1540-5834.1994.tb01289.x
- Cassano, M. C. & Zeman, J. L. (2010). Parental socialization of sadness regulation in middle childhood: The role of expectations and gender. *Developmental Psychology*, 46(5), 1214-1226. doi: 10.1037/a0019851
- Colalillo, S., Miller, N. V., & Johnston, C. (2015). Mother and father attributions for child misbehavior: Relations to child internalizing and externalizing problems. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 34(9), 788-808. doi: 10.1521/jscp.2015.34.9.788

- Coleman, P. K. & Karraker, K. H. (2003). Maternal self-efficacy beliefs, competence in parenting, and toddlers' behavior and developmental status. *Infant Mental Health Journal*, 24(2), 126-148. doi: 10.1002/imhj.10048
- Combs-Ronto, L. A., Olson, S. L., Lunkenheimer, E. S. (2009). Interactions between maternal parenting and children's early disruptive behavior: Bidirectional associations across the transition from preschool to school entry. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37(8), 1151-1163. doi: 10.1007/s10802-009-9332-2
- de Haan, A. D., Prinzie, P., & Dekovic, M. (2009). Mothers' and fathers' personality and parenting: The mediating role of sense of competence. *Developmental Psychology*, 45(6), 1695-1707. doi: 10.1037/a0016121
- Denham, S. A. (1997). "When I have a bad dream, mommy holds me": Preschoolers' conceptions of emotions, parental socialisation, and emotional competence. *International Journal of Behavioral Development*, 20(2), 301-319. doi: 10.1080/016502597385351
- Denham, S. A., Bassett, H. H., & Wyatt, T. M. (2010). Gender differences in the socialization of preschoolers' emotional competence. In A. K. Root & S. A. Denham (Eds.), *The role of gender in the socialization of emotion: Key concepts and critical issues. New Directions for Child and Adolescent Development*, 128, 29-49. São Francisco: Jossey-Bass. doi: 10.1002/cd.267
- Denham, S. A., Mitchell-Copeland J., Strandberg, K., Auerbach, S., & Blair, K. (1997). Parental contributions to preschoolers' emotional competence: Direct and indirect effects. *Motivation and Emotion*, 21(1), 65-86. doi: 10.1023/a:1024426431247
- Donovan, W. L., Leavitt, L. A., & Walsh, L. D. (1990). Maternal self-efficacy: Illusory control and its effect on susceptibility to learned helplessness. *Child Development*, 61(5), 1638-1647. doi: 10.2307/1130771

- Eccles, J. S., Jacobs, J. E., & Harold, R. D. (1990). Gender role stereotypes, expectancy effects, and parents' socialization of gender differences. *Journal of Social Issues*, 46(2), 183-201. doi: 10.1111/j.1540-4560.1990.tb01929.x
- Eisenberg, N., Cumberland, A., & Spinrad, T. L. (1998). Parental socialization of emotion. *Psychological Inquiry*, 9(4), 241-273. doi: 10.2307/1449728
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., Murphy, B. C. (1996). Parents' reactions to children's negative emotions: relations to children's social competence and comforting behavior. *Child Development*, 67(5), 2227-2247. doi: 10.2307/1131620
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., Shepard, S. A., Guthrie, I. K., Murphy, B. C., & Reiser, M. (1999). Parental reactions to children's negative emotions: Longitudinal relations to quality of children's social functioning. *Child Development*, 70(2), 513-534. doi: 0009-3920/99/7002-0018
- Fabes, R. A., Eisenberg, N., Karbon, M., Bernzweig, J., Speer, A. L., & Carlo, G. (1994). Socialization of children's vicarious emotional responding and prosocial behavior: Relations with mothers' perceptions of children's emotional reactivity. *Developmental Psychology*, 30(1), 44-55. doi: 10.1037/0012-1649.30.1.44
- Fabes, R. A., Leonard, S. A., Kupanoff, K., & Martin, C. L. (2001). Parental coping with children's negative emotions: Relations with children's emotional and social responding. *Child Development*, 72(3), 907-920. doi: 10.2307/1132463
- Fabes, R. A., Poulin, R. E., Eisenberg, N., & Madden-Derdich, D. A. (2002). The Coping with Children's Negative Emotions Scale (CCNES): Psychometric properties and relations with children's emotional competence. *Marriage & Family Review*, 34(3-4), 285-310. doi: http://dx.doi.org/10.1300/J002v34n03_05
- Fanti, K. A., & Henrich, C. C. (2010). Trajectories of pure and co-occurring internalizing and externalizing problems from age 2 to age 12: Findings from the national institute of

- child health and human development study of early child care. *Developmental Psychology*, 46(5), 1159-1175. doi: 10.1037/a0020659
- Goodman, R. (1999). The extended version of the Strengths and Difficulties Questionnaire as a guide to child psychiatric caseness and consequent burden. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40(5), 791-799. doi: 10.1111/1469-7610.00494
- Goodman, R., Meltzer, H., & Bailey, V. (2003). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A pilot study on the validity of the self-report version. *International Review of Psychiatry*, 15, 173-177. doi: 10.1080/0954026021000046137
- Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. *Review of General Psychology*, 2(3), 271-299. doi: 10.1037/1089-2680.2.3.271
- Hamilton, V., Matthews, J., & Crawford, S. (2015). Development and preliminary validation of a parenting self-regulation scale: "Me as a Parent". *Journal of Child and Family Studies*, 24, 2853-2864. doi: 10.1007/s10826-014-0089-z
- Han, Z. R. & Shaffer, A. (2014). Maternal expressed emotion in relation to child behavior problems: Differential and mediating effects. *Journal of Child and Family Studies*, 23(8), 1491-1500. doi: 10.1007/s10826-014-9923-6
- Hastings, P. D., & Rubin, K. H. (1999). Predicting mothers' beliefs about preschool-aged children's social behavior: evidence for maternal attitudes moderating child effects. *Child Development*, 70(3), 722-741. doi: 10.2307/1132156
- Karreman, A., van Tuijl, C., van Aken, M. A. G., & Deković, M. (2006). Parenting and self-regulation in preschoolers: A meta-analysis. *Infant and Child Development*, 15, 561-579. doi: 10.1002/icd.478
- Kopala-Sibley, D. C., Zuroff, D. C., Koestner, R. (2012). The determinants of negative maternal parenting behaviours: maternal, child, and paternal characteristics and their

- interaction. *Early Child Development and Care*, 182(6), 683-700. doi: 10.1080/03004430.2011.57216
- Le, B. M. & Impett, E. A. (2016). The costs of suppressing negative emotions and amplifying positive emotions during parental caregiving. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 42(3), 323-336. doi: 10.1177/0146167216629122
- Lougheed, J. P., Hollenstein, T., Lichtwarck-Aschoff, A., & Granic, I. (2015). Maternal regulation of child affect in externalizing and typically-developing children. *Journal of Family Psychology*, 29(1), 10-19. doi: 10.1037/a0038429
- Marques, T., Barros, L., & Pereira, A. I. (2016). Confirmatory factor analysis of the Me as a Parent scale in a community sample of portuguese parents. Manuscript em preparação.
- Meyer, S., Raikes, A., Virmani, E. A., Waters, S., & Thompson, R. A. (2014). Parent emotion representations and the socialization of emotion regulation in the family. *International Journal of Behavioral Development*, 38(2), 164-173. doi: 10.1177/0165025413519014
- Mirabile, S. P., Scaramella, L. V., Sohr-Preston, S. L., & Robison, S. D. (2009). Mothers' socialization of emotion regulation: The moderating role of children's negative emotional reactivity. *Child & Youth Care Forum*, 38(1), 19-37. doi: 10.1007/s10566-008-9063-5
- Murdock, K. W. (2013). An examination of parental self-efficacy among mothers and fathers. *Psychology of Men and Masculinity*, 3, 314-323. doi: 10.1037/a0027009
- Nelson, J. A., O'Brien, M., Calkins, S. D., & Keane, S. P. (2013). Mothers' and fathers' negative responsibility attributions and perceptions of children's problem behavior. *Personal Relationships*, 20(4), 719-727. doi: 10.1111/pere.12010

- Nix, R. L., Pinderhughes, E. E. Dodge, K. A., Bates, J. E., Pettit, G. S., McFadyen-Ketchum, S. A. (1999). The relation between mothers' hostile attribution tendencies and children's externalizing behavior problems: The mediating role of mothers' harsh discipline practices. *Child Development*, 70(4), 896-909. doi: 10.2307/1132250
- Rinaldi, C. M. & Howe, N. (2012). Mothers' and fathers' parenting styles and associations with toddlers' externalizing, internalizing, and adaptive behaviors. *Early Childhood Research Quarterly*, 27(2), 266-273. doi: 10.1016/j.ecresq.2011.08.001
- Roberts, M. W., Joe, V. C., & Rowe-Hallbert, A. (1992). Oppositional child behavior and parental locus of control. *Journal of Clinical Child Psychology*, 21(2), 170-177. doi: 10.1207/s15374424jccp2102_9
- Root, A. K. & Denham, S. A. (2010). The role of gender in the socialization of emotion: Key concepts and critical issues. In A. K. Root & S. A. Denham (Eds.), *The role of gender in the socialization of emotion: Key concepts and critical issues. New Directions for Child and Adolescent Development*, 128, 1-9. São Francisco: Jossey-Bass. doi: 10.1002/cd.265
- Root, A. K. & Rubin, K. H. (2010). Gender and parents' reactions to children's emotion during the preschool years. In A. K. Root & S. A. Denham (Eds.), *The role of gender in the socialization of emotion: Key concepts and critical issues. New Directions for Child and Adolescent Development*, 128, 51-64. São Francisco: Jossey-Bass. doi: 10.1002/cd.268
- Russell, B. S., Lee, J. O., Spieker, S., & Oxford, M. L. (2016). Parenting and preschool self-regulation as predictors of social emotional competence in 1st grade. *Journal of Research in Childhood Education*, 30(2), 153-169. doi: 10.1080/02568543.2016.1143414

- Rutherford, H. J. V., Wallace, N. S., Laurent, H. K., & Mayes, L. C. (2015). Emotion regulation in parenthood. *Developmental Review*, 36, 1-14. doi: 10.1016/j.dr.2014.12.008
- Sanders, M. R. (2008). Triple P-Positive Parenting Program as a public health approach to strengthening parenting. *Journal of Family Psychology*, 22(4), 506-517. doi: 10.1037/0893-3200.22.3.506
- Sanders, M. R. & Mazzucchelli, T. G. (2013). The promotion of self-regulation through parenting interventions. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 16(1), 1-17. doi: 10.1007/s10567-013-0129-z
- Sanders, W., Zeman, J., Poon, J., & Miller, R. (2015). child regulation of negative emotions and depressive symptoms: The moderating role of parental emotion socialization. *Journal of Child and Family Studies*, 24(2), 402-415. doi: 10.1007/s10826-013-9850-y
- Scaramella, L. V., Sohr-Preston, S. L., Mirabile, S. P. (2008). Parenting and children's distress reactivity during toddlerhood: An examination of direction of effects. *Social Development*, 17(3), 578-595. doi: 10.1111/j.1467-9507.2007.00439
- Shewark, E. A., & Bandon, A. Y. (2015). Mothers' and fathers' emotion socialization and children's emotion regulation: A within-family model. *Social Development*, 24(2), 266-284. doi: 10.1111/sode.12095
- Slagt, M., Deković, M., de Haan, A. D., van den Akker, A. L., & Prinzie, P. (2012). Longitudinal associations between mothers' and fathers' sense of competence and children's externalizing problems: The mediating role of parenting. *Developmental Psychology*, 48(6), 1554-1562. doi: 10.1037/a0027719

- Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2/3), 25-52. doi: 10.2307/1166137
- Vende, K. & Sebre, S. (2014). Mothers' emotion regulation strategies, depressive symptoms and children's behaviour problems. *Baltic Journal of Psychology*, 15(1/2), 22–32. Disponível em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=102211041&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>
- Woerner, W., Becker, A., & Rothenberger, A. (2004). Normative data and scale properties of the German parent SDQ. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 13(12), 3-10. doi: 10.1007/s00787-004-2002-6
- Zahn-Waxler, C. (2010). Socialization of emotion: Who influences whom and how? In A. K. Root & S. A. Denham (Eds.), *The role of gender in the socialization of emotion: Key concepts and critical issues. New Directions for Child and Adolescent Development*, 128, 101-109. São Francisco: Jossey-Bass. doi: 10.1002/cd.271